

**CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE
DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DE PRAIAS**

Entre o:

Município de Espinho

e a

Freguesia de Paramos

Considerando que:

- O regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos, prevista no artigo 120.º, entre órgãos de municípios e órgãos das freguesias e que pode efetuar-se em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.
- Os contratos interadministrativos visam regular relações jurídicas de coordenação e colaboração entre pessoas coletivas públicas, que permitam conferir à Administração Pública uma maior flexibilidade e capacidade de adaptação em face de novos desafios e de novas exigências.
- Nos termos do artigo 120.º do regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, outra forma de concretização de delegação de competências, que não seja através da celebração de contratos interadministrativos, é nula.

- A negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios da igualdade; da não discriminação; da estabilidade; da prossecução do interesse público; da continuidade da prestação do serviço público; e da necessidade e suficiência dos recursos.
- A par das regras estabelecidas pelo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os contratos interadministrativos de delegação de competências estão ainda sujeitos, a título subsidiário, ao Código dos Contratos Públicos e ao Código do Procedimento Administrativo.

Considerando ainda que:

- Uma administração local moderna assenta a sua ação numa efetiva articulação entre todos os órgãos das autarquias locais, em respeito pela autonomia de cada um, mas colaborando ativamente entre si no sentido da melhoria dos serviços prestados às populações;
- Num contexto de escassez de recursos, importa rentabilizar os meios disponíveis, num quadro de corresponsabilização, cooperação, solidariedade, mas sobretudo tendo em atenção a necessidade de encontrar respostas eficazes para os problemas e dificuldades com que todos os dias as autarquias locais são confrontadas;
- As atribuições dos municípios podem ser prosseguidas pelas freguesias desde que os órgãos municipais deleguem competências nos seus órgãos em domínios dos interesses próprios das populações destas, nomeadamente no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais, nos termos dos artigos 117.º, n.º 2 e 131.º;

- A alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º impõe à Câmara Municipal de Espinho a obrigação de discutir e preparar com as Juntas de Freguesia do concelho contratos de delegação de competências;
- Nos termos do artigo 115.º, por remissão do artigo 122.º, o estudo necessário à concretização desta delegação de competências demonstra que as competências no âmbito de **gestão das praias** ficam melhor acauteladas se delegadas nas freguesias, conforme Anexo I.

Assim, é celebrado o presente contrato interadministrativo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com artigo 131.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, entre:

O **Município de Espinho**, com o NIPC 501158740, com sede no Largo Dr. José Oliveira Salvador - Apartado 700, 4501-901 Espinho, e com o endereço eletrónico geral@cm-espinho.pt, representado pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Joaquim José Pinto Moreira, no uso das competências previstas nas alíneas a) e c) do n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **Primeiro Outorgante**;

e

A **Junta de Freguesia de Paramos**, com o NIPC 508323215, com sede em Rua da Junta, N.º 20, 4500-541 Paramos, e com o endereço eletrónico geral@jf-paramos.pt, representada pelo seu Presidente, Manuel de Oliveira Dias, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do n.º 1 do artigo 18.º da citada Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, como **Segunda Outorgante**;

Que se irá reger pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Espinho na Junta de Freguesia de Paramos, em matéria de Gestão da Praia de Paramos.

Cláusula 2.^a

Forma do contrato

O presente contrato de delegação de competências é celebrado por escrito e dele fazem parte integrante os respetivos anexos.

Cláusula 3.^a

Disposições e cláusulas por que se rege o contrato

1. Na execução do presente contrato de delegação de competências observar-se-ão:

a) O respetivo clausulado e o estabelecido em todos os anexos que dele fazem parte integrante;

b) A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e regime jurídico nela aprovado.

2. Subsidiariamente, aplicam-se ainda:

a) O Código dos Contratos Públicos;

b) O Código do Procedimento Administrativo.

Cláusula 4.^a

Prazo do contrato

O presente contrato de delegação de competências é válido desde a sua outorga pelo período do presente ano de 2019 e caducará a 31 de dezembro, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 16.^a, 17.^a e 18.^a.

Pr
[Handwritten signature]

CAPÍTULO II

Objeto do contrato

Cláusula 5.ª

Definição do objeto do contrato

O presente contrato tem por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Espinho na Junta de Freguesia de Paramos no que diz respeito a:

- a) Vigilância e Segurança;
- b) Limpeza e Higiene;
- c) Outras competências no âmbito da gestão das praias.

CAPÍTULO III

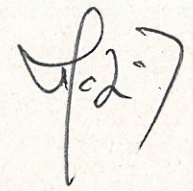
Recursos Financeiros

Cláusula 6.ª

Recursos Financeiros e modo de afetação

1. Os recursos financeiros destinados à execução do presente contrato de delegação de competências no montante global de 22 500,00 euros (vinte e dois mil e quinhentos euros) são disponibilizados pelo Primeiro Outorgante e transferidos para a Segunda Outorgante da seguinte forma:

- a) Na forma de adiantamento de 20% após a assinatura do presente contrato;
- b) A título de reembolso, na sequência da confirmação da elegibilidade das despesas constantes dos pedidos de pagamento efetuados, acompanhados de cópias dos documentos de despesa realizada e paga pela Segunda Outorgante.

h. 

2. Os pagamentos serão efetuados até ao limite de 95% do montante máximo previsto, sendo os restantes 5% pagos após aprovação do relatório de avaliação final, previsto na cláusula 10.^a.

Cláusula 7.^a

Obrigações do Primeiro Outorgante

No âmbito do presente contrato de delegação de competências, o Primeiro Outorgante, para além das obrigações que decorrem das clausulas anteriores, obriga-se ainda a:

- a) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- b) Aprovar os relatórios de acompanhamento referente à execução das competências delegadas.

Cláusula 8.^a

Obrigações da Segunda Outorgante

1. No âmbito do presente contrato de delegação de competências, a Segunda Outorgante fica obrigada a:

- a) Designar um representante para a verificação do modo de cumprimento do contrato e apoio técnico;
- b) Cumprir todas as orientações e normas técnicas aplicáveis às atividades que foram objeto de delegação;
- c) Entregar ao Primeiro Outorgante os relatórios a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 da cláusula 10.^a.

Cláusula 9.^a

Obrigações adicionais

Os representantes indicados por ambas as partes devem reunir-se sempre que necessário.

Cláusula 10.^a

Informação a disponibilizar pela Segunda Outorgante

1. Serão elaborados pela Segunda Outorgante os seguintes relatórios:
 - a) Relatórios de Acompanhamentos, que devem ser acompanhados dos respetivos documentos de despesa referentes aos recursos financeiros disponibilizados pelo Primeiro Outorgante;
 - b) Relatório de Avaliação Final, que deve ser entregue até ao dia 15 (quinze) de novembro do presente ano.
2. Os relatórios mencionados no número anterior devem seguir o modelo constante no Anexo II.
3. O Primeiro Outorgante poderá disponibilizar uma plataforma online para o reporte dos relatórios mencionados no número 1.
4. O Primeiro Outorgante pode, ainda, solicitar outros relatórios adicionais que visem uma melhor compreensão da satisfação do interesse público.

Cláusula 11.^a

Verificação dos relatórios

1. Os relatórios referidos na alínea a) do n.º 1 da cláusula anterior que não sejam acompanhados dos respetivos documentos de despesa importam para a Segunda a restituição dos recursos financeiros disponibilizados pelo Primeiro Outorgante ou de parte destes.
2. Os relatórios a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior ficam sujeitos a apreciação do Primeiro Outorgante que os aprovará ou retificará no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da sua receção.
3. Sempre que a Segunda Outorgante se oponha à retificação prevista no número anterior, deve apresentar, nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes, reclamação em que especifique a natureza dos vícios, erros ou faltas relativas às propostas de alteração do Primeiro Outorgante, sob pena de se considerar aceite a retificação.

4. Os documentos de despesa são compostos pelas faturas que decorram das atividades desenvolvidas, acompanhadas dos respetivos recibos para que sirvam de comprovativo das despesas executadas.

Cláusula 12.^a

Ocorrências e emergências

A Segunda Outorgante deve comunicar ao Primeiro Outorgante, imediatamente, por contacto pessoal e por escrito, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o cumprimento do objeto do presente contrato.

Cláusula 13.^a

Verificação do cumprimento do objeto do contrato

1. O Primeiro Outorgante pode verificar o cumprimento do objeto do contrato realizando vistorias, efetuando inspeções, ou pedindo informações que considere necessárias.
2. As determinações do Primeiro Outorgante emitidas no âmbito da verificação do cumprimento desse contrato são imediatamente aplicáveis e vinculam a Segunda Outorgante, devendo esta proceder à correção das situações em conformidade com aquelas.

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÃO, SUSPENSÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 14.^a

Modificação do contrato

1. O presente contrato pode ser modificado por acordo das partes outorgantes, sempre que se verifique uma alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes outorgantes fundaram a decisão de contratar a

fi
Y-2-7

delegação de competências objeto do presente contrato ou que assim o imponham razões de interesse público, desde que devidamente fundamentadas.

2. A modificação do contrato obedece a forma escrita.

Cláusula 15.^a

Suspensão do contrato

1. A execução das prestações que constituem o objeto do presente contrato pode ser, total ou parcialmente, suspensa com os seguintes fundamentos:

a) Impossibilidade temporária de cumprimento do contrato, designadamente em virtude de mora de um dos Outorgantes na disponibilização de meios ou bens necessários à sua execução;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas.

2. Quando a suspensão seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, os Outorgantes devem, com as devidas adaptações, demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 16.^a

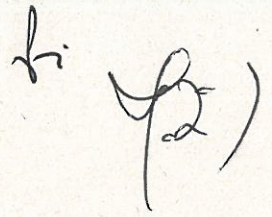
Resolução pelas Partes Outorgantes

1. Sem prejuízo dos fundamentos gerais de resolução do contrato, as partes outorgantes podem resolver o presente contrato quando se verifique:

a) Incumprimento definitivo por facto imputável a um dos outorgantes;

b) Por razões de relevante interesse público devidamente fundamentado.

2. Quando a resolução seja fundamentada nos termos da alínea b) do número anterior, o Primeiro Outorgante deve demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



Cláusula 17.^a

Revogação

1. As Partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato de delegação de competências.
2. A revogação obedece a forma escrita.

Cláusula 18.^a

Denúncia e Caducidade

A mudança dos titulares dos órgãos contraentes não determina a caducidade do presente contrato.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 19.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as Partes do contrato, estas deverão ser dirigidas para os seguintes endereços eletrónicos:
 - a) Câmara Municipal de Espinho: geral@cm-espinho.pt;
 - b) Junta de Freguesia de Paramos: geral@jf-paramos.pt;
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deverá ser comunicada à outra parte.

Cláusula 20.^a

Foro competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato de delegação de competências será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

h.
f27

Cláusula 21.^a

Entrada em vigor

O presente contrato entra em vigor no dia útil seguinte à sua assinatura.

Cláusula 22.^a

Publicidade

Este contrato é publicitado no sítio da *internet* página web do Município de Espinho, com o endereço www.cm-espinho.pt e na página web da freguesia, com o endereço www.jf-paramos.pt e afixado em local próprio nas respetivas sedes.

Parágrafo único:

A minuta deste contrato interadministrativo foi presente à reunião ordinária da Câmara Municipal de Espinho em 20 de maio de 2019, com base na autorização facultada pela Assembleia Municipal de Espinho em 26 de fevereiro de 2019, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para 2019, nos termos da alínea *k*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tendo sido também presente à reunião extraordinária da Junta de Freguesia de Paramos em 28 de maio de 2019, em conformidade com o disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 16.º da referida Lei, com base na autorização prévia genérica para 2019 aprovada pela Assembleia de Freguesia de Paramos na sua 4.ª sessão ordinária de 2018 realizada em 27 de dezembro de 2018, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para 2019, nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 9.º, do mesmo diploma.

(Handwritten mark)

O presente contrato interadministrativo é feito em duplicado e vai ser assinado pelas partes outorgantes.


Espinho e Paços do Município, 08 de julho de 2019

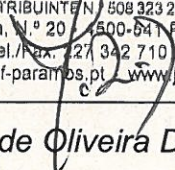
Pelo Município de Espinho,



(Dr. Joaquim José Pinto Moreira)

Pela Junta de Freguesia de Paramos,
FREGUESIA DE PARAMOS


CONCELHO DE ESPINHO
CONTRIBUINTE N.º 508 323 215
Rua da Junta, n.º 20 - 500-541 PARAMOS
Tel./Fax. 27 342 710
e-mail: geral@jf-paramos.pt www/jf-paramos.pt



(Manuel de Oliveira Dias)

Anexo I

Mapa da Previsão de Custos com Praias do Concelho de Espinho não concessionadas

Soma de Custo Rótulos de Linha	Rótulos de Coluna	
	Delegação	Total Geral
Paramos	22 500,00 €	22 500,00 €
Praia Paramos	22 500,00 €	22 500,00 €
Limpeza e Higiene		
Funcionários para limpeza manual da praia	5 000,00 €	5 000,00 €
Limpeza mecânica da praia	500,00 €	500,00 €
Manutenção e apoio de sanitários	2 000,00 €	2 000,00 €
Outras		
Consumíveis	1 000,00 €	1 000,00 €
Contentor para centro de primeiros socorros	500,00 €	500,00 €
Obras de Manutenção várias	3 000,00 €	3 000,00 €
Receita do Apoio		
Receita Exploração Bar de Praia		
Vigilância e Segurança		
Nadadores salvadores	8 000,00 €	8 000,00 €
Material para Banheiros e Posto de Praia	2 500,00 €	2 500,00 €
Total Geral	22 500,00 €	22 500,00 €

h.



Anexo II

Praia Paramos

Ano: 2019

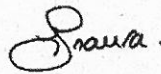
Componentes	Montante Previsto	1.º Pedido Adiantamento	2.º Pedido Adiantamento	3.º Pedido Adiantamento	4.º Pedido Adiantamento	5.º Pedido Adiantamento	Por executar
Vigilância e segurança							0,00 €
limpeza e Higiene							0,00 €
Outras							0,00 €
Montante a transferir	22 500,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Handwritten signature and initials.

Reunião Ordinária de Câmara de 20/05/2019**Deliberação Nº 97/2019: Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Gestão de Praias nas freguesias de Espinho, Paramos e Silvalde**

Presente a informação n.º 938/2019 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria e abstenção dos Vereadores do PS, aprovar as minutas dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências no âmbito da Gestão de Praias nas Freguesias de Espinho, Paramos e Silvalde, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 120.º conjugado com o artigo 131.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ao abrigo da autorização facultada pela Assembleia Municipal de Espinho em 26 de fevereiro de 2019, aquando da aprovação dos Documentos Previsionais para 2019, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei. Os Srs. Vereadores do PS protestaram apresentar declaração de voto, por escrito e no prazo regimental de 24.00 horas, contudo a mesma não foi apresentada.

A Secretária da Câmara,



Isaura Maria Gomes Pinto Rocha Gonçalves



S.

R.

JUNTA DE FREGUESIA DE PARAMOS

CONCELHO DE ESPINHO

CONTRIBUINTE N.º 508 323 215

Rua da Junta N.º 20 · Tel./Fax: 227 342 710 · 4500-541 PARAMOS
e-mail: geral@jf-paramos.pt · www.jf-paramos.pt

P.

12-7

CERTIDÃO

Paula Maria Colaço da Silva Santos, Secretária da Junta de Freguesia de Paramos, Concelho de Espinho. -----

Certifica que da Ata da reunião extraordinária, desta Junta de Freguesia, de vinte e oito de Maio do ano dois mil e dezanove, consta uma deliberação do seguinte teor:

-----CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO ÂMBITO DA GESTÃO DE PRAIAS AO ABRIGO DA LEI 75/2013 DE 12 DE SETEMBRO, ANO 2019-----

Foi apresentada uma proposta pelo Sr. Presidente que resultou de uma negociação entre a Junta de Freguesia de Paramos e a Câmara Municipal de Espinho, para a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no Âmbito da Gestão da Praia de Paramos, para o ano dois mil e dezanove, aprovado em reunião de Câmara, relativo à Delegação de Competências do Município para esta Autarquia, de acordo com a minuta enviada a esta Junta de Freguesia. -----

-----O executivo apreciou o referido documento e deliberou por unanimidade, votar a aceitação deste documento.-----

----- Por ser verdade, passei a presente que assino. -----

----- Paramos, aos 29 dias de Maio do ano dois mil e dezanove. -----

A Secretária da Junta de Freguesia

(Paula Maria Colaço da Silva Santos)
FREGUESIA DE PARAMOS

CONCELHO DE ESPINHO
CONTRIBUINTE N.º 508 323 215
Rua da Junta, N.º 20 · 4500-541 PARAMOS
Tel./Fax: 227 342 710
e-mail: geral@jf-paramos.pt · www.jf-paramos.pt



S. R. **ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PARAMOS**

CONCELHO DE ESPINHO

Rua da Junta N.º 20 · Tel./Fax: 227 342 710 · 4500-541, PARAMOS
e-mail: assembleia@jf-paramos.pt · www.jf-paramos.pt

Exmo. Sr.
Presidente da Junta de Freguesia de Paramos
Manuel de Oliveira Dias
Rua da Junta, n.º 20
4500-541 Paramos

Assunto: DELIBERAÇÃO.

**PROPOSTA PARA APROVAÇÃO AUTORIZAÇÃO
GENÉRICA PRÉVIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA**

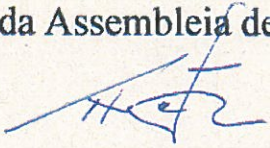
Exmo. Sr. Presidente;

Cumpre-me informar V. Exa, que de acordo com as disposições legais vigentes, e em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a Assembleia de Freguesia de Paramos, reunida em 27 de Dezembro, na sua 4ª sessão ordinária de 2018, depois de analisar o documento apresentado por esse Executivo, **proposta para autorização genérica prévia da Assembleia de Freguesia, para o ano 2019, o aprovou por unanimidade.**

Sem outro assunto de momento, me subscrevo com os melhores cumprimentos.

Paramos, 27 de Dezembro de 2018

O Presidente da Assembleia de Freguesia


Américo Castro Pinto dos Santos